

Governo Collor

“Dinamite as pistas, Tuma!”

A ordem para destruir as pistas clandestinas e o discurso ambíguo de Collor em Boa Vista não esclarecem os rumos da política indigenista do novo governo

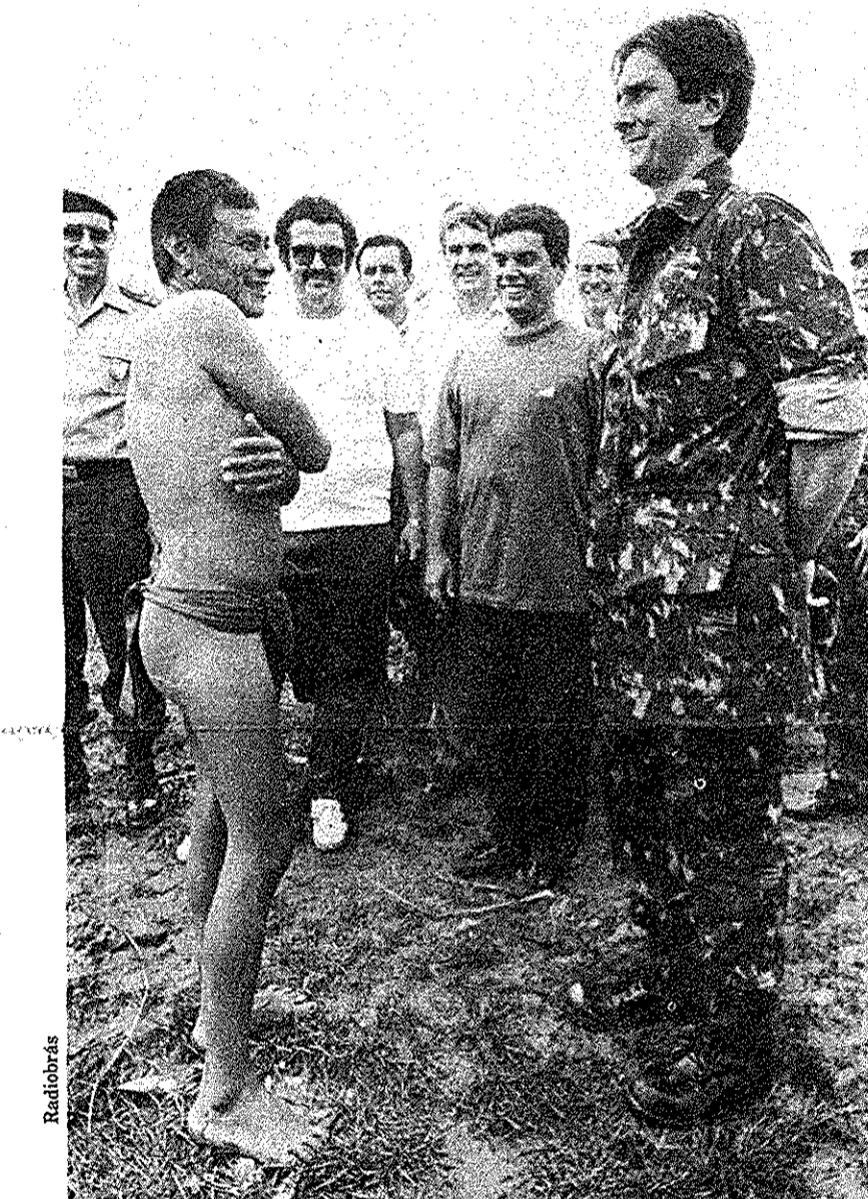
O presidente Fernando Collor de Mello inaugurou a sua política indigenista com uma declaração bombástica e um discurso ambíguo. Após anunciar que a partir de agora o Projeto Calha Norte dará destaque absoluto à questão do meio ambiente, Collor viajou a Roraima, onde visitou a base militar de Surucucu, no coração do território dos Yanomami. Enquanto sobrevoava alguns garimpos, mandou o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma dinamitar as mais de 100 pistas de pouso clandestinas da região. Antes, ainda no aeroporto de Boa Vista, o Presidente discursou para mil garimpeiros que o esperavam com faixas e cartazes. Ele prometeu encontrar uma “solução sem conflitos” para os índios e os garimpeiros, dizendo: “Há lugar para todo mundo. Há que se respeitar, sem dúvida, os nossos irmãos indígenas, mas há que se respeitar também os brasileiros que retiram da terra um pouco de comida para matar sua fome. Nós defendemos os interesses dos brasileiros que hoje estão trabalhando nos garimpos e precisando de um melhor ordenamento de suas atividades”.

A decisão de Collor de explodir as pistas do garimpo deixou muitas entidades ambientalistas eufóricas, principalmente no exterior.

Após o marasmo e a falta de vontade política do governo Sarney para resolver a tragédia dos Yanomami, é fácil entender esta euforia, diante do que, à primeira vista, pareceu uma tomada de posição com pulso firme. Não deixou de ser preocupante, porém, o discurso ambíguo do presidente Collor no aeroporto de Boa Vista e o fato de ele não ter dito nenhuma palavra sobre o cumprimento da liminar do juiz federal Novelty Vilanova, que ordena a retirada dos garimpeiros da área indígena de 9.419.108 hectares, e nem sobre a revogação dos decretos que criaram as três reservas garimpeiras no interior do território Yanomami. Quem tratou destas questões, assim mesmo em termos condicionais, foi o secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger, que declarou ao *Jornal do Brasil* que os garimpeiros poderão ter que procurar novas áreas para trabalhar, pois “esses decretos sem dúvida terão que ser revistos”.

DISCUSSÃO INÚTIL

Ao mesmo tempo, esboçou-se um debate um tanto quanto bizantino em torno da operação de dinamitação das pistas. A presidenta da Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua, disse, por exemplo, que a depender da quantidade dos explosivos, a dinamitação “consumiria oxigênio e produziria gases tóxicos”. Já o engenheiro Hugo Takahashi, especialista em implosões de edifícios, negou que



Radiobrás

Collor conversa com um Yanomami em Surucucu: o uniforme de campanha, dizem alguns analistas, é sinal de que ele considera a Amazônia como um assunto do comandante-em-chefe das Forças Armadas, ele próprio

a operação pudesse trazer prejuízos ecológicos, pois a quantidade de dinamite seria pequena. O *Jornal do Brasil* lembrou, por outro lado, que antes de assumir a pasta da Aeronáutica, o brigadeiro Sócrates Monteiro declarou-se contrário à destruição das pistas clandestinas, pois “explodir custa caro em bombas, combustível, avião e pessoal, e é inócuo, pois em uma semana a pista pode ser reativada”. De tudo isto só se pode chegar a uma conclusão, assim definida pelo secretário do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brand: “A explosão das pistas é uma medida secundária, que facilmente permite desviar a atenção do problema central, que é a efetiva retirada dos garimpeiros da área Yanomami. Portanto, é inútil toda esta discussão”.

De fato, este é o ponto. Embora o ex-governador Romero Jucá Filho e o presidente da União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Legal,

José Altino Machado, tenham propagandeado que “não há mais um único garimpeiro em área indígena”, e a despeito da crise dos garimpos em geral provocada pela queda dos preços do ouro devido ao pacote econômico, milhares de homens e máquinas continuam extraindo ouro de diversas partes do território Yanomami, inclusive na região do Paapiú, onde a Polícia Federal agiu com mais rigor.

E O PROJETO CALHA NORTE?

A visita de Collor a Roraima deixou no ar várias outras indagações: qual será a sua política para o Amazônia? O que ele fará com o Projeto Calha Norte? Qual será o papel dos militares da política indigenista? E o destino da Funai?

Algumas definições preliminares já existem:

1 — Através da Medida Provisória nº 150, de 15 de março, foi extinta a Secretaria de Assessoramento

da Defesa Nacional (Saden). Suas atribuições passaram para a recém-criada Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que não será dirigida por militares;

2) Através do Decreto 99.180, de 15 de março, a Funai ficou vinculada ao Ministério da Justiça. Não foi nomeado ainda um novo presidente para o órgão, que está sendo dirigido pelo seu superintendente-geral, coronel Airton Alcântara Gomes;

3) Antes da viagem a Roraima, Collor fez uma reunião interministerial para discutir o Projeto Calha Norte. Ao final do encontro, anunciou que o Projeto mudaria de nome para “Programa” e que, doravante, dará “prioridade absoluta para a questão ambiental e ecológica”. Há resistências. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, por exemplo, admitiu que o Projeto sofra “reajustes” mas continuou defendendo a necessidade de “vivificação da fronteira, não só por causa do narcotráfico mas também para conter guerrilheiros”.

4) Durante a visita a Surucucu, Collor aprovou a criação de um grupo de trabalho para fazer um completo zoneamento ecológico da Amazônia. O grupo, que terá um ano para concluir a tarefa, será coordenado pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leone Ramos, e integrado pelos secretários José Lutzenberger (Meio Ambiente) e José Goldemberg (Ciência e Tecnologia).

5) Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, alguns analistas interpretaram o fato de Collor desembarcar em Surucucu vestido com a farda camuflada das unidades de guerra na selva do Exército, como um sinal de que “a Amazônia é assunto para o comandante-em-chefe das Forças Armadas, ele próprio”.

O MUNDO ESTÁ DE OLHO

Enquanto se esperam definições mais conclusivas sobre todas estas questões, resta aguardar que o Governo Federal comece a cumprir a Constituição e ponha um fim, de uma vez por todas, à agonia do povo Yanomami. O mundo todo está de olho. No último dia 21 de março, o assunto mereceu reportagem de capa do *Wall Street Journal*, o mais influente jornal da comunidade financeira internacional. No dia 23, um abaixo-assinado em favor dos Yanomami, com mais de 18 mil assinaturas de dezoito países, foi entregue à embaixada brasileira em Londres. O documento, de responsabilidade do Instituto Católico para Relações Internacionais e do Fundo Católico para o Desenvolvimento Exterior, com apoio da Survival International, apela ao presidente Fernando Collor de Mello que retire os garimpeiros da terra indígena, assegure a demarcação e garanta a assistência médica aos índios.

YANOMAMI

Morticínio reconfirmado

Médicos da Ação pela Cidadania que participaram do Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami atestam, mais uma vez, o genocídio provocado pelo garimpo

O Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami, implementado pelo Governo Federal, para minimizar as doenças da invasão garimpeira ao território indígena, em Roraima, não modificou a grave situação dos índios, mas serviu para diagnosticá-la. Médicos que durante mais de um mês estiveram lá, denunciaram uma mortalidade média de 15% da população indígena em regiões próximas dos garimpos nos últimos dois anos. A principal causa é a malária, acentuada pela desnutrição. O movimento Ação Pela Cidadania (ApC), que colaborou com a operação, alertou, ainda, que os garimpeiros se alastram cada vez mais no território indígena.

O clima é de indignação geral. Terminadas as três etapas do plano emergencial, efetivado entre os dias 3 de janeiro e 15 de fevereiro, a Ação Pela Cidadania apresentou à imprensa, na manhã de 9 de março, um relatório alarmante sobre a saúde Yanomami. Mas o documento não impressionou tanto como os depoimentos dos médicos:

"Foi impressionante. A sensação que se tem é de estar numa região de guerra. Vi comunidades inteiras abandonadas por mortes e epidemias de malária", sintetizou o médico sanitarista Oneron de Abreu Pithan, da Fundação Nacional do Índio. Ele foi um dos signatários do Manifesto pela vida do Povo Yanomami, que reivindica a retirada de todos os invasores do território indígena e assistência médica permanente aos índios.

"O GOVERNO SÓ FALA"

Durante quase quatro horas, a equipe composta por profissionais de saúde do Governo e de entidades civis denunciou as calamidades que vêm dizimando o povo indígena. É o cacique Kayapó Raoni Mentuktire confessou-se desiludido: "José Sarney enganou. Tô muito chateado, com Sarney, com presidente da Funai. O Governo de vocês só fala, não quer demarcar terra, não quer retirar garimpeiro da área Yanomami. Porque autoridade não diz que quer acabar com nós? Porque aí eu chamo o meu povo e vou brigar..."

Segundo o médico relator da equipe, Ulisses Confalonieri, da Fundação Oswaldo Cruz, o plano contemplou somente 25% dos Yanomami de Roraima, "salvando algumas vidas", sem alterar o quadro geral. Os casos registrados de malária estão distribuídos de modo heterogêneo. Ele acrescentou que em algumas comunidades do Paapiú, por exemplo, 90% da população estava infectada. Entre esses doentes, 84% estavam contaminados pelo *Plasmodium falciparum*, o mais grave agen-

te da malária. A incidência da malária cresce na medida proporcional a proximidade das malocas com as pistas de pouso ocupadas pelos garimpeiros. As quatro comunidades mais próximas do Paapiú apresentaram uma média de 83% de índios maláricos, enquanto uma aldeia mais distante e com pouco contato com o garimpo revelou apenas 3%. A região de Surucucus, centro geográfico do território Yanomami, não possuía nenhum caso de malária até dois anos atrás. Hoje, 78% dos habitantes estão infectados.

O relatório confirmou a nota que o Conselho Indigenista Missionário divulgou à imprensa no dia 9 de fevereiro, em que o Governo Sarney foi responsabilizado pela morte de "pelo menos 1 mil e 500 Yanomami nos últimos dois anos". A estimativa foi feita pelo médico Marcos Pellegrini, do regional Acre, que trabalhou vários anos com esse povo e participou

da segunda etapa do Plano Emergencial.

DEPOIMENTOS

A médica da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF), Ivone Menegola, que entre setembro de 1986 e dezembro de 1987 trabalhou na Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) e agora participou do Plano Emergencial como representante da ApC, esteve durante 26 dias na região do Paapiú. Durante a reunião realizada pela ApC no Senado Federal, ela ressaltou a situação das quatro malocas localizadas a quatro horas de caminhada até a pista de pouso usada pelos garimpeiros, onde vivem 201 índios. Durante os dias em que permaneceu na área, dos 83% que estavam com malária, 35% estavam também desnutridos. Como todos os outros médicos que trabalharam no Plano Emergencial no Paapiú, Ivone também contraiu a doença.

Ivone Menegola relata que nos últimos dois anos, 13% da população do Paapiú morreram. Dos 32 mortos, 29 foram acometidos de malária e três assassinados em conflitos com garimpeiros. Ela lembrou que neste período não houve assistência médica permanente aos índios na região. No mês de agosto de 1987, o Governo expulsou os médicos e os missionários da CCPY do território Yanomami, afastando as únicas testemunhas que poderiam denunciar as seqüelas da invasão.

O médico Confalonieri disse ainda que 13% das internações registradas na Unidade de Saúde de Surucucus foram motivadas por desnutrição grave. O relatório médico aponta as causas: "a degradação ambiental (que extingue os meios naturais de alimentação), a interrupção das atividades produtivas pelas sucessivas epidemias e introdução de alimentos industrializados". Confalonieri considera que os casos de desnutrição subclínica — ou seja, que necessitam de análise médica mais profunda para serem confirmados — sejam em número muito maior.

POLUIÇÃO POR MERCÚRIO

A médica Gorete Gonçalves Selau esteve 30 dias nas regiões do Surucucu e do rio Demini, onde a mortalidade atingiu em média 15% da população. Ela conta que na comunidade de Wathou, localizada numa subregião de Surucucu, 60% dos índios morreram. Em Demini, o surto da doença acometeu 40% do povo.

Em fevereiro de 1987, ela encontrou no Paapiú uma situação bem diferente: "Constatamos três casos de malária, mas todos importados (de pessoas que foram contaminadas em outros locais)", afirma a médica. Gorete acrescenta que no mesmo período não havia nenhuma ocorrência da doença em Surucucu. Ela alerta que os Yanomami estão também ameaçados pela poluição provocada pelos garimpos, citando entre os casos mais graves os rios Mucajai (na região do Paapiú), Parima (Surucucu) e Catrimani. A principal poluição é causada pelo mercúrio, acentuada nas nascentes.

O relatório da Ação Pela Cidadania salienta que o agravamento do estado de saúde da população Yanomami se deu a partir de setembro de 1989, identificado pelo aumento do número de remoções de índios gravemente doentes para a Casa do Índio de Boa Vista ("na verdade, estávamos sem informações, devido a proibição de entrar na área", corrige Gorete). "Na área do Paapiú, continua o relatório, as remoções foram efetuadas pelos próprios garimpeiros, sendo que de sua população de 204 indivíduos somente cinco não precisaram ser transportados. Em outubro, encontravam-se internados cerca de 230 Yanomami na Casa do Índio em Boa Vista; 12 faleceram".



Antônio Carlos Queiroz

Menina Yanomami na Casa do Índio em Boa Vista (RR): vítima da bandalheira do governo Sarney